

Violência sexual no contexto universitário: Uma possibilidade de análise no nível da contingência cultural

Sexual violence in the university context: A possibility of analysis at the level of cultural contingency

 AMANDA OLIVEIRA DE MORAIS¹

 CAROLINA LAURENTI¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

²UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Resumo

A violência sexual nas universidades tem sido evidenciada por números alarmantes que necessitam de complementação de métodos qualitativos para uma análise contextual. O objetivo desta pesquisa foi caracterizar a violência sexual no âmbito universitário na estrutura de uma contingência cultural de três termos, descrevendo o contexto social antecedente, suas práticas e consequências culturais. Foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir da análise indireta de contingências culturais, extraídas de relatos verbais textuais fornecidos por oito docentes e 24 estudantes de uma universidade pública, por meio de uma questão aberta sobre violência sexual na universidade. As respostas obtidas permitiram caracterizar o contexto social antecedente das práticas de violência sexual por controles sociais pautados pela hierarquia entre professores e alunas, objetificação feminina em eventos universitários, controle ético sobre a presença de mulheres em locais públicos, padrões de gênero e relacionamentos íntimos entre homens e mulheres, ausência de políticas e inação institucional. Já as práticas de violência sexual no ambiente universitário foram caracterizadas por comentários sexuais inapropriados, insistência em avanços sexuais e perseguição, assédio sexual, toques sexuais sem consentimento, estupro e tentativas de estupro. As consequências culturais identificadas apontam para subnotificação, recorrência das agressões, evasão de espaços acadêmicos ou permanência em situação de opressão. Tomados em conjunto, esses efeitos acarretam na manutenção da cultura de dominação masculina na universidade. A compreensão da violência sexual por meio da contingência cultural dá relevo ao caráter social e estrutural dessa violência, e evidencia a necessidade de a universidade responsabilizar-se pelo enfrentamento dessas práticas em seu próprio domínio.

Palavras-chave: cultura, violência sexual e análise do comportamento.

Abstract

Sexual violence in universities has been highlighted by alarming numbers that require complementing qualitative methods for contextual analysis. This research aimed to characterize sexual violence in the university environment within a three-term cultural contingency framework, describing the antecedent social context, its practices, and cultural consequences. Qualitative research was conducted based on the indirect analysis of cultural contingencies, extracted from verbal textual reports provided by eight professors and 24 students from a public university, through an open question about sexual violence in the university. The responses obtained allowed us to characterize the antecedent social context of sexual violence practices by social controls based on hierarchy between professors and students, female objectification at university events, ethical control over the presence of women in public places, gender standards and intimate relationships between men and women, absence of policies and institutional inaction. Inappropriate sexual comments, insistence on sexual advances and stalking, sexual harassment, sexual touching without consent, rapes, and attempted rapes characterized sexual violence practices in the university environment. The cultural consequences of these practices pointed to underreporting, recurrence of aggressions, evasion from academic spaces, or permanence in a situation of oppression. These effects, taken together, maintain the culture of male domination in force in the university context. Understanding sexual violence through cultural contingency highlights the social and structural nature of this violence. It also highlights the need for the university to take responsibility for confronting these practices in its own domain.

Keywords: culture, sexual violence and behavior analysis.

Financiamento: Este estudo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Universal/2018 – processo no. 3693/2019)

✉ amandaomora@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V20I2.17414](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V20I2.17414)

A violência de gênero e sexual que ocorre no contexto das universidades tem sido demonstrada por pesquisas quantitativas (Cantor et al., 2019; Montrone et al., 2020). Um estudo realizado em 33 instituições de ensino superior públicas e privadas, nos Estados Unidos, indicou que 13% das(os) alunas(os) relataram ter sofrido penetração não consensual, tentativa de penetração ou toque sexual com o uso da força ou quando estavam incapacitadas(os) de consentir (Cantor et al., 2019). As taxas para mulheres cisgênero (20,4%) e estudantes trans, queer ou não-binários (20,3%) foram quatro vezes mais altas do que para os homens (5,1%) e estudantes que não declararam seu gênero (6,6%).

Estudos quantitativos são fundamentais para estimar e dar visibilidade ao fenômeno da violência sexual em universidades, dando subsídios à criação de indicadores e medidas para respaldar a formulação de políticas institucionais (Bellini & Melo, 2022). Contudo, para possibilitar a análise da dinâmica e detalhamento de variáveis detectadas, abordagens qualitativas devem complementar as investigações quantitativas (Santos, 2022). Além de identificar e quantificar a violência sexual é necessário, ainda, explicá-la e compreendê-la, considerando exemplos concretos da inter-relação entre os comportamentos das pessoas envolvidas, e como tais comportamentos se articulam com práticas culturais mais amplas.

Uma compreensão contextual da violência sexual pela ótica da Análise do Comportamento pode prevenir explicações internalistas e patologizantes dos comportamentos sexualmente violentos, por se pautar na análise das contingências envolvidas (Lima et al., 2018). Com base no exame de depoimentos sobre assédio sexual de jovens universitárias, retirados da página da rede social [Facebook](#) “Meu professor abusador”, Linhares e Laurenti (2019) caracterizaram algumas contingências ontogenéticas de dominação masculina no ambiente universitário. Foram identificados aspectos comportamentais (ação-topografia) e aspectos contextuais (situação antecedente e consequências) referentes aos comportamentos abusivos de professores, e aos comportamentos das alunas perante esses comportamentos abusivos. Os resultados evidenciaram: comportamentos abusivos na forma de brincadeiras e piadas; o caráter gradativo do abuso; a proposta de sexo em troca de notas; e a identificação de regularidades nos comportamentos de professores abusadores que prediziam ações abusivas formuladas em estereótipos. As autoras destacaram que os efeitos desse tipo de violência incluem uma série de prejuízos sociais e psicológicos, afetando também a trajetória acadêmica das vítimas. Havia relatos, por exemplo, sobre a desistência de matérias, projetos, cursos e da própria vida universitária.

Além das contingências ontogenéticas, a investigação de fenômenos sociais complexos pode contar com a estrutura explicativa de uma contingência de três termos em outros níveis de análise (filogenético e cultural), tal como proposto no modelo de seleção pelas consequências (Skinner, 1984). Em cada nível de variação e seleção (filogenético, ontogenético e cultural), a contingência “exibe características próprias (emergentes) que ressaltam a necessidade de serem compreendidas de forma singular, valendo-se de estratégias metodológicas também particulares” (Fontana & Laurenti, 2020a, p. 336).

A tríplice contingência cultural, que ganhará destaque aqui, pode ser definida pela “inter-relação entre as práticas culturais (os ‘comportamentos’ habituais de um grupo), o contexto antecedente (variáveis do ambiente físico e social) e as consequências culturais, que exercem efeitos sobre o grupo” (Fontana & Laurenti, 2020a, p. 313). O modelo de análise da cultura proposto por Fontana e Laurenti (2020a) compreende, portanto, o exame de contingências culturais considerando o reconhecimento de práticas culturais (segundo elemento de uma contingência tríplice), sua relação com o contexto no qual as práticas são reproduzidas (primeiro elemento da contingência), e a especificação de possíveis consequências culturais responsáveis pela seleção das práticas e manutenção daquela cultura (terceiro elemento da contingência). Diferentemente da contingência de reforçamento (e punição) de três termos, que centra a análise nos comportamentos dos indivíduos, a tríplice contingência cultural privilegia a descrição de relações entre contextos e práticas coletivas, cuja temporalidade ultrapassa o tempo de vida do indivíduo (Fontana & Laurenti, 2020a).

Em um estudo que exemplifica a possibilidade analítica da contingência cultural, Fontana e Laurenti (2020b) investigaram algumas práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina, tais como “divisão de espaços e de atividades entre gêneros, inferiorização da feminilidade, conformidade aos padrões de beleza, e práticas relacionadas à sexualidade” (p. 510). Na interpretação das autoras, o primeiro elemento da contingência cultural – isto é, o contexto

(antecedente) das práticas culturais de violência simbólica – corresponde ao ambiente social constituído, sobretudo, pelo controle ético arranjado pelas agências controladoras. Dado que as agências controladoras são formas mais organizadas de controle pelo grupo, “e frequentemente operam com maior sucesso” (Skinner, 1953/2005, p. 333), o controle ético exercido por elas tem um amplo alcance social. Esse controle se pauta na classificação de comportamentos (e.g., correto e incorreto, virtuoso e pecaminoso, normal e anormal, honesto e desonesto) que aumentam a probabilidade de os indivíduos se comportarem de formas condizentes com as práticas culturais de dominação masculina.

Agências controladoras, como governo e religião, participam ou participaram historicamente da formulação do controle ético presente em culturas patriarcais. Por exemplo, as regulamentações sobre relacionamentos entre homens e mulheres fomentaram práticas que permitiam o livre acesso de homens aos corpos de mulheres (Pateman, 1993), como o direito de violentar sexualmente uma mulher e depois se casar com ela para livrar-se da punição cabível – práticas presentes desde os textos bíblicos (Lerner, 1986/2019) até dispositivos legais do século XXI no Brasil¹. Além disso, a expressão “mulher honesta” abolida do Código Penal apenas em 2005 constava nas considerações sobre crimes sexuais contra mulheres, orientando a atuação do sistema jurídico e do reconhecimento social a respeito de quais mulheres seriam reconhecidas como vítimas.

Indo ao exame das consequências culturais, Fontana e Laurenti (2020b) argumentam que as práticas de violência simbólica, contextualizadas no controle ético arranjado pelas agências controladoras patriarcais, sobrevivem na sociedade por propiciarem maior poder e sistemas de privilégios para grupos de homens, que, não raro, figuram como os principais representantes dessas agências. Com isso, as autoras evidenciam a cumplicidade entre agências controladoras e a cultura de dominação masculina: “as agências transmitem práticas de dominação masculina, dentre elas as de violência simbólica, e como essas práticas beneficiam os homens . . . a própria agência acaba se configurando como uma instância da cultura de dominação masculina” (p. 510).

Considerando essas possibilidades heurísticas, a compreensão da violência sexual no ambiente universitário pode ser enriquecida com a inserção de uma análise no nível da contingência cultural. A caracterização das contingências de reforçamento e punição dos comportamentos de agressores e vítimas, já indicada por outros estudos sobre violência sexual na universidade (e.g., Linhares & Laurenti, 2019), pode, assim, ser conjugada com descrições dos elementos da contingência cultural de três termos.

As universidades são instâncias da agência controladora educacional e mantêm práticas sexualmente violentas em seu domínio, sendo mulheres as principais vítimas (Almeida, 2022; Zanello & Richwin, 2022). As universidades, portanto, reproduzem no nível institucional práticas de dominação masculina e, com isso, contribuem para a perpetuação do patriarcado na sociedade. Para ampliar a análise da violência sexual nas universidades para o nível cultural, cumpre, então, indagar: quais são as características das práticas de violência sexual no ambiente universitário? Quais são os tipos de controle social que são contexto dessas práticas nesse domínio? Por que tais práticas se mantêm, a despeito de seus efeitos prejudiciais às vítimas?

A fim de complementar as pesquisas quantitativas sobre a violência sexual na universidade com estudos qualitativos e, ao mesmo tempo, colaborar com as discussões sobre cultura em uma matriz teórica comportamentalista radical, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar algumas práticas culturais envolvidas na violência sexual na universidade, bem como indicar possíveis elementos do contexto sociocultural antecedente e as consequências culturais dessas práticas.

Método

Foi realizada uma pesquisa empírico-exploratória de abordagem qualitativa com membros de uma universidade brasileira, por meio da obtenção de relatos de violências sexuais vivenciadas no contexto do ensino superior.

Participantes

Participaram desta pesquisa oito docentes e 24 estudantes de uma universidade do interior do norte paranaense. Das pessoas participantes estudantes, 20 se declararam mulheres, três como homens e um como não-

¹ O casamento era excludente de punibilidade nos crimes contra os costumes até 2005. Atualmente esses crimes foram renomeados para crimes contra a dignidade sexual. A redação original do Artigo 107 do Código Penal (1940) que vigorava até sua revogação, previa “Extingue-se a punibilidade: . . . VII – pelo casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste código”.

binário. Da categoria docentes, sete declararam serem mulheres e um declarou ser homem. A média de idade das pessoas estudantes foi de 24,67 anos e das docentes foi de 49,37 anos.

Local

A pesquisa foi realizada na modalidade on-line (Google Formulários) no contexto de uma universidade pública do interior do Paraná.

Aspectos éticos

Este estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) identificada pelo CAAE 31703020.9.0000.5231 e parecer de aprovação n. 4.057.402.

Instrumento

Para a coleta dos relatos de violência sexual foi utilizada uma questão aberta disparadora contida em um questionário on-line adaptado do original CUNY's Sexual Violence Campus Climate Survey (Pesquisa de Clima sobre Violência Sexual no Campus da CUNY The City University of New York), na versão de 2018. O questionário adaptado completo continha 91 questões para docentes e 92 para discentes e investigou aspectos como: avaliação de segurança no contexto universitário; conhecimento sobre serviços e direitos institucionais; confiabilidade nos procedimentos e ações da universidade; intervenção de terceiros em relação a situações de violência sexual; compreensão sobre consentimento e consideração do consentimento; e a perpetração e vitimização de diferentes agressões sexuais.

O último item do questionário se referia a uma questão aberta na qual as(os) participantes podiam relatar mais detalhes sobre os assuntos tratados nas questões fechadas. A questão tinha como enunciado: “Caso queira elaborar melhor qualquer uma de suas respostas até aqui, descreva com mais detalhes suas experiências, ou ofereça considerações adicionais sobre essas questões ou sobre esta pesquisa. Também podem ser relatadas outras situações relacionadas à violência sexual que você possa ter vivenciado que não foram contempladas por essas questões. Gostaríamos de encorajar você a fazê-lo no espaço abaixo”. Os resultados apresentados neste artigo correspondem exclusivamente às respostas fornecidas a essa questão. Para mais informações sobre o questionário adaptado e sobre os resultados quantitativos ver Moraes e Laurenti (2024).

Procedimento

As pessoas participantes foram convidadas a responder ao questionário via e-mails distribuídos por setores da universidade como departamentos, secretarias, colegiados, centros acadêmicos, atléticas, e por redes sociais (Facebook, Instagram e Whatsapp). A amostragem foi por conveniência. Um total de 228 pessoas (185 estudantes e 43 docentes) responderam às questões fechadas do questionário. Após responderem a essas questões – obrigatórias para avançar no preenchimento do instrumento – as(os) participantes eram direcionadas(os) à questão aberta disparadora utilizada para coleta dos relatos de violência sexual. O preenchimento dessa questão não era obrigatório, e, em razão disso, o número de participantes incluídos neste estudo é inferior ao total de participantes que responderam às questões fechadas. As respostas foram recebidas entre agosto e dezembro de 2020.

Análise dos dados

O critério de inclusão para análise das respostas foi a(o) participante ter descrito situações de violência sexual que aconteceram no contexto universitário. Foi considerada como violência sexual qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual sem o consentimento da vítima. O contexto universitário foi definido pelos diferentes âmbitos da universidade incluindo locais e eventos relacionados a ela, e não apenas as dependências físicas do campus, e pela relação das vítimas e agressores com a instituição. Foram consideradas situações de violência sexual narradas em primeira pessoa e também em terceira pessoa. Foram excluídas das análises as respostas sobre violências sexuais que aconteceram em outros contextos e comentários gerais sobre o questionário que não se tratavam de relatos de violência sexual.

O conteúdo das respostas eleito para análise foi organizado em três tabelas de contingências. Para o exame de contingências ontogenéticas, duas tabelas de contingências de reforçamento e punição foram utilizadas: uma para os comportamentos sexualmente violentos e outra para os comportamentos das vítimas em relação à violência vivenciada (e.g., denunciou, contou para alguém, como se sentiu etc.). Os elementos da contingência de três termos ontogenética (antecedente, comportamento, consequência reforçadora/punidora) presentes na descrição das situações foram incluídos nos itens pertinentes da tabela.

A terceira tabela analisava os elementos de uma contingência cultural, contendo as colunas: contexto social antecedente (e.g., agências controladoras), práticas culturais e consequências culturais, as quais remetem à proposta de Fontana e Laurenti (2020a) de análise da cultura. Foram derivados os aspectos do contexto, das práticas culturais e das consequências culturais identificados nas respostas em articulação com a bibliografia analítico-comportamental publicada em português sobre violência sexual e violência sexual no contexto universitário, e com os estudos apresentados no livro “Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas” organizado por Almeida e Zanello (2022).

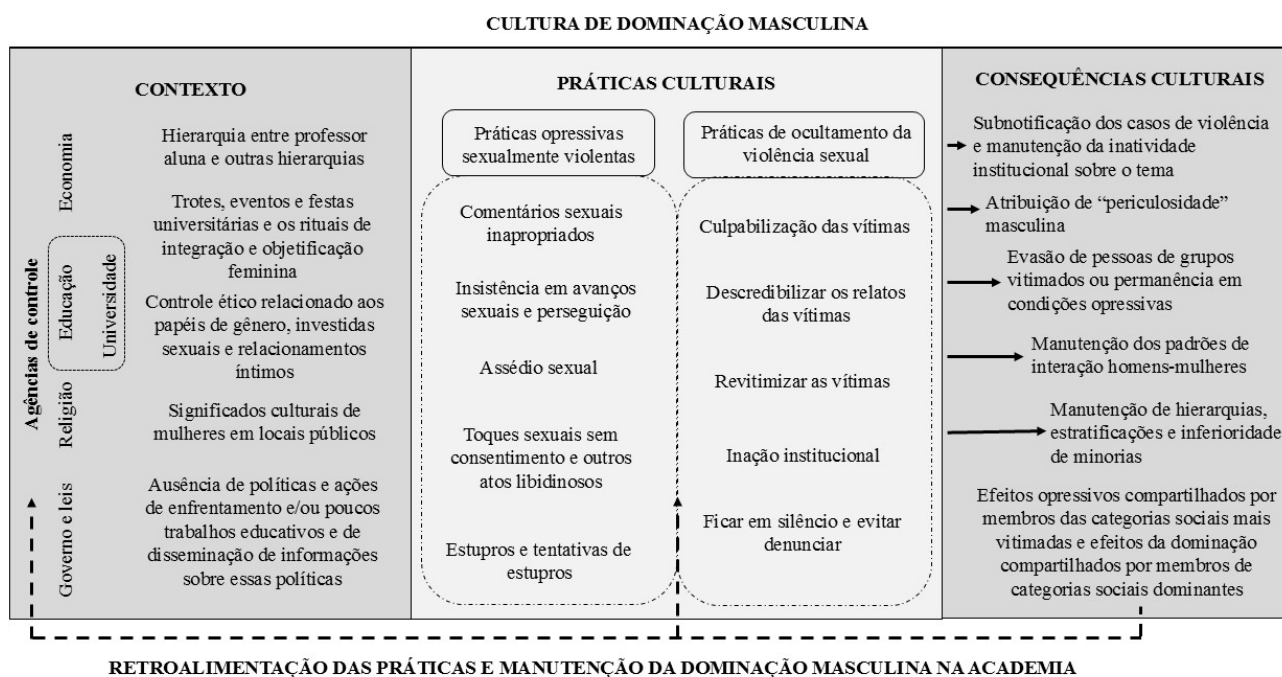
Para a elaboração dos resultados deste artigo foi dado destaque à tabela de contingência cultural, sendo as informações das contingências de reforçamento e punição complementares. Em razão da análise dos resultados estar articulada com a bibliografia da área, resultados e discussão estão apresentados conjuntamente em seções que correspondem à estrutura de três termos de uma contingência cultural.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos foram organizados na estrutura de uma contingência cultural de três termos, representados na Figura 1.

Figura 1

Violência sexual na universidade investigada representada na estrutura da contingência cultural de três termos



Cada um dos elementos da contingência cultural será descrito e discutido separadamente nas seções seguintes.

Aspectos do ambiente sociocultural como contexto para práticas sexualmente violentas

Esta seção apresenta os aspectos identificados como relevantes no contexto no qual as práticas sexualmente violentas identificadas acontecem e correspondem ao primeiro elemento da contingência cultural demonstrado na Figura 1.

Hierarquia entre professor-aluna e outras hierarquias

A hierarquia entre gêneros no contexto universitário, tipificada na relação professor-aluna, foi evidenciada nos relatos que descreviam comentários inapropriados de professores em relação às vestimentas e corpos das alunas (e.g., “ela e outras amigas já receberam comentários desnecessários sobre suas roupas e seus corpos por parte de um professor” – aluna) e casos de assédio sexual, toques e beijos forçados (e.g., “um docente tentou me beijar à força, num dia em que pedi um equipamento emprestado em seu laboratório” – professora sobre quando era estudante). A hierarquia é uma característica relevante do contexto para práticas de violações sexuais seja pela posição ocupada por professores afetar a possibilidade de cometimento de agressões e/ou por dificultar a denúncia devido à posição de poder dos agressores, como no relato:

tocar em minhas mãos quando ia até sua sala para tirar dúvidas da matéria . . . abraços longos na hora de me despedir para ir embora (ele fazia questão de se despedir dessa forma), responder mensagem por meio eletrônico com cantadas . . . me sentia muito desconfortável, e sem saída . . . necessitava de sua ajuda para terminar a matéria que tinha grande dificuldade, então acabei enfrentando isso calada (aluna de pós-graduação sobre quando era estudante de graduação).

Linhares e Laurenti (2019) também destacaram que a “relação de poder desigual entre professor e aluna” e os “sistemas de reforçamento e punição próprios do domínio universitário” (p. 245) dificultam as respostas de enfrentamento e denúncia de estudantes em casos de assédio ou outras agressões sexuais cometidas por docentes.

Outras hierarquias também foram identificadas nos relatos. Além dos docentes, treinador esportivo, outros servidores e outros estudantes foram indicados como agressores, sendo as relações de poder entre vítima e agressor apontadas como relevantes, por exemplo, nos casos em que o agressor tem maior prestígio social que a vítima por pertencer a alguma organização estudantil ou estar há mais tempo no curso (e.g., “Muitas vezes o agressor é “querido por todos”, é da atlética, é amigo de todo mundo” – aluno). No caso de hierarquias entre estudantes, eventos universitários aparecem como ambientes relevantes para o cometimento de agressões.

Trotes, eventos e festas universitárias: rituais de integração e objetificação feminina

Os eventos tipicamente universitários como festas, trotes e outros ritos de passagem foram identificados nos relatos como aspecto relevante do contexto no qual as práticas sexualmente violentas acontecem (e.g., “Sei de inúmeros cursos que passam dos limites na semana de recepção no campus, principalmente com meninas” – aluno). Como indicado em outros estudos, esses eventos podem ser ambientes nos quais “hierarquias e opressões se instalam e/ou se reatualizam entre os/as estudantes, especialmente as mulheres” (Martins, Bandeira & Dias, 2022, p. 373). Ávila (2022) afirma que “os rituais de integração dos calouros (trotes) incluem “brincadeiras” que são, em verdade, tecnologias para se replicar as relações de poder derivadas do gênero, usualmente submetendo as novas alunas a rituais fortemente sexualizados” (p. 388). Esses aspectos podem ser reconhecidos em relatos como: “uma amiga . . . não se sentiu bem e teve que sair escondida do trote de [sigla do curso suprimida] pois pediram para ela subir em uma mesa e encenar sua posição sexual favorita” (aluno).

O controle ético presente em eventos típicos do âmbito universitário apresenta mulheres como objeto para o consumo masculino, como mostram os resultados da pesquisa de Curcelli e Fontanella (2019) sobre o marketing utilizado para divulgação de festas universitárias. A objetificação de mulheres para fruição de desejos masculinos é coerente com nossos resultados como identificado no relato: “Em festas relacionadas à [sigla da universidade suprimida] já fui importunada por estar me relacionando com outra mulher, sendo objeto de fetiche do homem hétero e cis que realizou a importunação” (aluna). O controle ético também pode estar envolvido com a identificação das práticas como agressões sexuais (e.g., “a maioria dos homens não reconhece que cometeu abuso sexual, por a vítima estar sob efeito do álcool, eles não reconhecem que não foi consentido” – aluna).

Controle ético relacionado aos papéis de gênero, investidas sexuais e relacionamentos íntimos

Avanços sexuais masculinos que desconsideram o consentimento e a capacidade de consentimento das mulheres também estão relacionados ao controle ético do contexto cultural mais amplo presente na sociedade que perpassa a vivência no âmbito da universidade. Foram encontrados relatos que indicam o controle ético relacionado aos papéis de gênero em relacionamentos, sejam casuais ou de longo prazo, a respeito das investidas sexuais, como:

. . . eu havia dito que não queria e a pessoa foi insistindo e forçando [a penetração] aos poucos e eu não soube como resistir, o que fazer. Apenas fiquei paralisada, torcendo para que aquela situação passasse logo (aluna). Lembro de flashes de eu passando muito mal, minha amiga me colocando no carro do cara com quem eu ficava (e com quem nunca tinha transado) . . . Lembro que eu não conseguia andar, ele me levou no colo, e

lembro de ter pedido pra ele me levar pra minha casa . . . lembro de estar sem roupa, na cama dele, com ele me penetrando. Lembro de pedir pra ele parar, lembro de não conseguir me mexer... Chorei dizendo que ele estava sem camisinha, e ele respondeu “agora já foi, só deixa”. Depois lembro de ele me levando pro banho porque tinha sangue na minha região íntima e na minha barriga (aluna).

O primeiro relato se refere a uma situação na qual a participante narra não consentir com a penetração dizendo explicitamente que “não queria”. Já na segunda situação, a participante relata não consentir dizendo para ser levada para casa e pedindo para que o agressor pare com a violência, além de estar incapacitada para consentir de outras formas devido ao seu estado de intoxicação. Interpretando esses resultados em termos comportamentais, articulados com as compreensões de Zanello e Richwin (2022) sobre os comportamentos masculinos, entendemos que os controles de estímulos estabelecidos e mantidos por uma comunidade verbal patriarcal compõem o ambiente social no qual, após investidas sexuais masculinas, as mulheres que ficam em silêncio, ou dizem “não”, se tornam estímulos discriminativos para a ocorrência de avanços sexuais de maior magnitude (i.e., topografias mais agressivas), caso esses comportamentos tenham a função reforçadora de satisfação sexual ou de subjugação da mulher. Em outros casos, o silêncio ou recusa das mulheres tornam-se estímulos aversivos condicionados, que podem evocar comportamentos com função de esquiva de possíveis estimulações aversivas sociais sobre sua virilidade – reais ou imaginárias, promovidas por outros ou por seu histórico em uma comunidade verbal patriarcal.

As regras sociais envolvidas na recusa de mulheres em continuar relacionamentos também apareceram como aspectos relacionados aos estupros, à tentativa de estupro e perseguição, como nos relatos:

[As agressões] ocorreram com um ex-namorado (ex-aluno da graduação) que me agarrou à força . . . tentando uma relação forçada em um momento em que estávamos terminando o relacionamento (aluna).

. . . um menino de outro curso começou a me perseguir na faculdade, esperava eu chegar na [sigla da universidade suprimida], ficava do lado de fora da minha sala (sem nem eu ter dito onde eu teria aula ou meus horários), eu já tinha ficado com ele, mas nunca dei essa liberdade (aluna).

Nos dois casos, a existência de uma relação prévia que foi encerrada, ou que não teve continuidade, parece atuar como aspecto relevante para os comportamentos de insistência ou avanços sexuais, previsto por sistemas éticos de diversas agências que endossaram o acesso aos corpos das mulheres.

Significados culturais de mulheres em locais públicos

Outro aspecto relevante do contexto das práticas sexualmente violentas encontrado foi em relação à presença de mulheres em locais públicos, geralmente desacompanhadas. Nesses casos, os comentários e avanços sexuais masculinos também podem ter função reforçadora de aprovação social por outros homens. Sobre esse aspecto, podemos conjecturar que a presença de grupos masculinos possa ser elemento importante do controle ético, como aparece neste relato: “diversas vezes fui assediada verbalmente por servidores . . . que estavam cortando a grama ou aparando as árvores, em uma delas eu estava de bicicleta . . . e um gritou: olha que rabão gostoso nessa bicicleta. Me senti tão violada que voltei direto pra casa e nem fui na aula” (aluna).

Além disso, outros casos relatados ilustraram violências sexuais dirigidas às mulheres em locais públicos (e.g., “Sofri violência sexual esperando em um ponto de ônibus para ir para a [sigla da universidade suprimida], um senhor me perguntou que horas eram e ficou bem próximo . . . Quando eu olhei com mais atenção ele estava se masturbando e olhando para mim” – aluna). O controle ético patriarcal estabelece que mulheres desacompanhadas em locais públicos se tornam estímulos discriminativos para aproximação, importunação sexual, toques e convites sexuais, enquanto mulheres acompanhadas de homens não evocariam os mesmos comportamentos (Zanello & Richwin, 2022).

Ao ambiente social que estabelece controle ético sobre o significado de mulheres ocupando espaços públicos se articula o ambiente físico da universidade, como evidenciado por este relato: “Faço parte de grupos de meninas que sempre relatam ser perseguidas por homens estranhos perto da faculdade, e visto que ela é bastante escura e cheia de lugares para se esconder não me sinto muito segura” (aluna). Esse contexto se torna antecedente favorável para algumas práticas sexualmente violentas por evitar a intervenção de terceiros e dificultar a denúncia pela ausência de testemunhas. O ambiente físico das instituições de ensino superior é, em grande parte, produzido pelas práticas institucionais que podem promover ambientes seguros ou inseguros para a comunidade acadêmica, por meio de políticas e ações de enfrentamento, considerando diferentes características do contexto social nos quais violências acontecem.

Ausência de políticas e ações de enfrentamento e/ou poucos trabalhos educativos e de disseminação de informações sobre essas políticas

Nossos resultados indicaram a insuficiência de políticas e ações de enfrentamento em relação à violência sexual. A ausência de políticas efetivas sobre violência sexual pôde ser deduzida ao identificarmos nos relatos:

- a) desconhecimento de direitos (e.g., “Preencher este questionário me fez ver o quanto não sei dos meus direitos ou a quem recorrer caso aconteça o pior” – aluna);
- b) estudantes não conhecem ou não acessam trabalhos educativos sobre o assunto (e.g., “[a violência sexual] é tida como assunto velado. E acredito que o panorama se estenda por grande parte do campus. No meu centro pelo menos nunca ouvi falar nada sobre” – aluna);
- c) indícios da ausência de trabalhos informativos sobre a identificação de violências sexuais (e.g., “Na época eu não tinha a percepção de que era vítima, caso contrário teria procurado a direção do centro para orientações” – aluna);
- d) membros da comunidade acadêmica não têm informações sobre como agir diante de situações de violência (e.g., “Eu não sabia como reagir naquela época e acredito que as estudantes atualmente ainda não saibam o que fazer ou como reagir” – professora);
- e) presença de elementos que dificultam a realização de denúncias e/ou facilitam a omissão e inação das instituições diante das denúncias (“existe o caso de um professor bem famosinho que todo ano comete esse delito e em 5 anos não vi nda [sic] acontecer com ele, eu nunca denunciei anonimamente pq [sic] não tenho proximidade com as pessoas a quem ele direciona tais comportamentos, sendo assim não tenho detalhes nem sei como agir, mas acho extremamente esquisito que a maioria dos estudantes tenham conhecimento sobre os acontecimentos e que nunca nem um professor tenha escutado algo a respeito” – aluna).

As características identificadas estão de acordo com o que descrevem Bellini e Mello (2022) sobre um ambiente social no qual a inação e omissão institucional são contexto para falha na prevenção de abusos, normalização de agressões, criação de processos difíceis de denúncia, falhas na resposta adequada quando há danos, o apoio a encobrimentos e desinformação, e a punição de vítimas e denunciantes.

Práticas culturais sexualmente violentas e de ocultamento da violência

De acordo Laurenti e Lopes (2022), há, ao menos, dois conjuntos de práticas culturais dominantes na sociedade brasileira: práticas opressivas “responsáveis por altos índices de violência e desigualdade em relação a certos grupos sociais” e práticas de ocultamento “responsáveis pelo ‘apagamento’ dessa realidade social, tornando a maioria das pessoas insensíveis a ela” (p. 29). Pautando-se nessa distinção, caracterizamos o segundo elemento da contingência cultural (apresentado na Figura 1) em termos de práticas opressivas, entendidas como práticas sexualmente violentas, e práticas de ocultamento dessa violência sexual, conforme os relatos obtidos.

Práticas sexualmente violentas no contexto universitário

Foram identificadas como práticas sexualmente violentas: comentários sexuais inapropriados; insistência em avanços sexuais e perseguição; assédio sexual; toques sexuais sem consentimento e outros atos libidinosos; estupros e tentativas de estupros.

Os comentários sexuais inapropriados foram caracterizados por comportamentos que, devido ao conteúdo e contexto social antecedente, constrangem, reafirmam autoridade e insinuam propostas sexuais inadequadas (e.g., “tive aula de embriologia com um professor que se aproximou de mim, segurou meu braço e falou ‘brincando’ pra que eu subisse na mesa e tirasse a roupa pra analisarmos o órgão sexual feminino” – aluna). Linhares e Laurenti (2019) discutem que outras práticas culturais presentes no contexto universitário atenuariam o caráter aversivo de algumas agressões ao fomentarem a aceitabilidade social sobre tratar o corpo e a sexualidade de mulheres “como ‘objetos’ de escárnio, contribuindo para a ‘naturalização’ da inferioridade e objetificação feminina” (p. 239). Ao estendermos a análise para além das funções dos operantes para cada indivíduo, e considerarmos as contingências do ambiente social como contexto antecedente, compreendemos os efeitos mais amplos compartilhados por membros de grupos oprimidos, como mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIAPN+. Para diversos indivíduos desses grupos, os comentários sexuais inapropriados atuam como estabelecadores de subprodutos emocionais e repertórios de esquiva, como exemplifica o trecho seguinte do relato de uma aluna:

Ele [treinador de natação] ficou puxando assunto comigo, dizendo que os meninos que estavam jogando vôlei na quadra ao lado pareciam “viados” pq [sic] jogavam como “mulherzinhas”, e eu não afim de dar continuidade coloquei o fone. Aí ele não contente, começou a falar dos meus olhos e voltou a falar sobre como

eu era ótima nadando. Me senti invadida, violada, pois na natação ficávamos de maiô e eu odiava a ideia de que ele ficava me observando, deixei a natação e nunca mais voltei a nadar.

A prática de insistência em avanços sexuais e perseguição também é composta por ações que produzem subprodutos emocionais nas vítimas, como medo, ansiedade, e repertórios de fuga/esquiva. Uma particularidade dos repertórios de esquiva desenvolvidos no âmbito dessa prática é a vigilância constante. Vigiar constantemente pode envolver diversos danos, tanto para diferentes esferas da vida de indivíduos que já vivenciaram uma situação específica e, ainda, para membros dos grupos que são frequentemente vitimados. Sobre esse aspecto, uma professora relatou a seguinte situação quando foi ministrar aula no período noturno: “estava muito escuro, não havia pessoas no local, ao ouvir passos me apavorei com medo que fosse algum homem me perseguindo, cai em um dos bueiros abertos, tive uma lesão na perna e tive que me rastejar para pedir ajuda”. A frequência de agressões contra mulheres divulgada pela comunidade verbal atua como especificadoras de pré-aversivos. Ao mencionar que soube do caso de um homem observando outra mulher pela parte de cima da parede, que dividia os banheiros, uma aluna relatou que “toda vez que uso esse banheiro fico muito insegura e confiro se não tem ninguém me observando de lá”. Mesmo não existindo experiência prévia com alguma agressão sexual, os comportamentos de vigilância e checagem são aprendidos por mulheres por serem identificadas e se reconhecerem como indivíduos pertencentes a uma categoria social frequentemente atacada.

Outra prática identificada nos relatos foi o assédio sexual caracterizado por avanços e propostas sexuais realizadas com uso do poder de controlar reforçadores e punições relevantes para as vítimas, como aprendizado, notas, acesso a instrumentos e materiais para pesquisa, prestígio e aceitabilidade social pelo grupo. O relato desta estudante chama atenção para a potencialidade da transmissão da prática entre os membros do grupo e também para as próximas gerações de educadores: “existem muitos casos de assédio no meu Departamento [relacionado à formação de educadores] de professores para com as alunas”. Além dos relatos de graduandas, participantes docentes e alunas de pós-graduação também relataram situações que ocorreram quando elas eram estudantes. Uma professora relatou duas situações de assédio que ocorreram quando ela estava na graduação, caracterizadas por “insinuações (na 1a) e mão na coxa (na 2a)” que a “constrangeram demais para poder falar sobre o assunto com alguém”. Por compartilharem efeitos como constrangimento, evitação de contextos nos quais o agressor possa ser encontrado e subprodutos emocionais, endossamos a proximidade das práticas de assédio com outras práticas, como os comentários sexuais inapropriados. A categorização do assédio sexual por outras autoras por vezes tem sido mais ampla que a utilizada aqui (ver Almeida, 2022; Souza & Costa, 2022).

A prática do toque sexual sem consentimento e outros atos libidinosos foi caracterizada por comportamentos de cunho sexual mantidos por reforçadores sexuais ou sociais para o agressor em detrimento dos danos causados às vítimas, como o efeito punitivo para comportamentos de mulheres transitarem em espaços públicos desacompanhadas, ir a festas entre outros (e.g., “Já sofri coisas como apertarem a bunda em festas, e o sentimento é horrível, você se sente invadida e desrespeitada” – aluna). Tanto os toques sexuais sem consentimento como os estupros e tentativas de estupro foram relacionados à presunção de livre acesso ao corpo de mulheres para satisfação sexual e reafirmação do papel social de dominante. Nos casos de estupro relatados, a recusa em realizar a atividade sexual foi seguida de insistência nos avanços sexuais contendo penetração, como já demonstrado nos relatos apresentados. Enquanto os toques sexuais apareceram em contextos públicos e em contextos nos quais a vítima está sozinha com o agressor, no caso dos estupros, as violências ocorreram apenas em locais privados. Gama e Baldissera (2022) apresentaram relatos similares nos quais os limites entre o local geográfico da universidade e os locais nos quais essas agressões acontecem, como casas de alunos, festas e outros eventos, parecem limitar o enfrentamento desse tipo de violência. A ideia é que a instituição não reconheceria como sua responsabilidade enfrentar violências que ocorressem fora de suas instalações, ainda que em locais e entre pessoas vinculadas à instituição.

As práticas sexualmente violentas podem ser identificadas separadamente por aspectos “topográficos” ou por estarem relacionadas com aspectos específicos do contexto no qual ocorrem. Porém, podem se misturar e serem tomadas em conjunto pelos efeitos produzidos para os membros da comunidade acadêmica, cultura universitária e cultura patriarcal. Como afirma Skinner (1971), uma “cultura é um conjunto de práticas, mas não é um conjunto que não possa ser misturado com outros conjuntos” (p. 130). Para Freitas e Morais (2019), práticas culturais sexualmente violentas comporiam interconexões com outras práticas responsáveis pela forma com que as agressões sexuais são consequenciadas. As consequências culturais que fortalecem as práticas sexualmente violentas são garantidas apenas em conjunto com as práticas de ocultamento dessa realidade.

Práticas de ocultamento da violência sexual

As práticas de ocultamento da violência sexual envolvem os comportamentos das vítimas de ficar em silêncio e evitar denunciar acontecendo em um contexto desfavorável para denúncia. Esses comportamentos apareceram relacionados a características do agressor que potencializariam a inação institucional e possíveis punições (e.g., “não agi na época por [o agressor] ser uma pessoa influente” – aluna; “tive muito medo de sofrer retaliações” – professora sobre quando era aluna). Os subprodutos emocionais das agressões também parecem ter efeitos relevantes sobre esses comportamentos (e.g., “[as violências sexuais] me constrangeram demais para poder falar sobre o assunto com alguém” – professora sobre quando era aluna). Não identificar comportamentos como sexualmente abusivos também diminui a probabilidade de denúncias (e.g., “ela não teve noção de que se tratava de um estupro até 8 meses depois ela relatar a situação para mim” – aluno).

Características do agressor que dificultam as denúncias, subprodutos emocionais e a não identificação de violências são aspectos articulados às práticas de ocultamento que atuam na punição ou extinção dos comportamentos de denúncia e na tolerância com as agressões sexuais (e.g., “acabei relevando . . . também por vergonha de contar a alguém e ainda ser julgada” – professora sobre quando era aluna). As práticas de culpabilizar e descredibilizar a palavra das vítimas, descritas por Freitas e Moraes (2019), também se verificaram nesta pesquisa, como exemplificado no depoimento de uma aluna: “Fiquei me sentindo culpada e achando que não tinha sido estupro porque, segundo ele, eu havia pedido pra gente transar (coisa que não me lembro... não conseguia ficar acordada nem me mexer durante aquela noite). Fiquei vários meses duvidando de mim mesma”.

Somam-se à descredibilização e culpabilização das vítimas as práticas de revitimização e inação institucional. A universidade pode compartilhar práticas de outras agências de controle que são ineficazes em apurar e reagir às denúncias de agressões (e.g., “após a denúncia, nada aconteceu” – aluna). Relatos incluíram inação de colegiado de curso (e.g., “reclamei sobre ele . . . no colegiado, para docentes do colegiado . . . e nada aconteceu” – aluna); polícia (e.g., “fiz boletim de ocorrência na polícia, mas na própria delegacia a delegada já sabia quem era o indivíduo e disse que ele tem um atestado de demência, por conta disso ele não poderia ser preso” – aluna); e descredibilização no serviço de saúde (e.g., “resolvi ir ao hospital porque estava com medo de ter contraído alguma IST. Não tive coragem de fazer uma denúncia na polícia, porque sei que não daria em nada. Nem mesmo a médica que me atendeu levou muito a sério” – aluna).

As práticas de ocultamento têm sido desafiadas por práticas que visibilizam as agressões, principalmente, articuladas por estudantes. Uma delas relatou: “recentemente algumas meninas tiveram coragem de fazer denúncias públicas em uma lista (exposed) sobre as atitudes desse professor”. Outra aluna mencionou iniciativas de enfrentamento da violência sexual no campus: “temos uma política de cuidado com os trotes e também . . . de políticas com o assédio, criamos . . . a comissão social . . . e ano passado foram registrados estupros no [sigla de evento universitário suprimido], infelizmente” – aluna). Por concorrerem com práticas de ocultamento que podem expor as vítimas à coerção, é importante que práticas de enfrentamento informais possam contar com orientações sobre como denunciar de forma segura, diminuindo o risco de represálias jurídicas (Ávila, 2022).

Consequências culturais: retroalimentação das práticas sexualmente violentas

Como retratado no último elemento da contingência cultural apresentada na Figura 1, as consequências culturais das práticas sexualmente violentas identificadas podem ser descritas, metaforicamente, como uma “cascata” de efeitos que culmina na manutenção da dominação masculina na academia. Práticas como assédio sexual e comentários sexuais inapropriados reproduzem a manutenção de hierarquias entre professores(as) e alunas(os) e outras estratificações relacionadas a cargos e funções na instituição e ao lugar de inferioridade de minorias. Outras práticas como insistência nos avanços sexuais, perseguição, toques sexuais sem consentimento e outros atos libidinosos, tentativas de estupro e estupro reproduzem e mantêm os padrões de interação homens-mulheres associados à dominação e subordinação, como o acesso sem consentimento ao corpo feminino.

As práticas de ocultamento têm como produto a subnotificação de casos. A subnotificação torna as agressões sexuais invisíveis a níveis institucionais, ao mesmo tempo que a comunidade verbal enfatiza a ocorrência de violências sexuais em um contexto de inação institucional. Isso favorece a atribuição de “periculosidade” masculina que contribui para deferência de outras categorias sociais em relação aos homens, principalmente com maior poder. Os efeitos comportamentais, tais como subprodutos emocionais e repertório de fuga/esquiva que participam do comportamento de “ficar em silêncio”, também estão envolvidos com a evasão de pessoas de grupos vitimados de espaços públicos ou permanência em condições opressivas (e.g., “soube de uma amiga que passou pela mesma coisa com ele e também abandonou as aulas” – aluna). A opressão das vítimas na ausência de ações de enfrentamento efetivas retroalimenta

as práticas sexualmente violentas (recorrência de agressões). Tolerar comportamentos sexualmente violentos aliado à ausência de práticas educacionais para identificação de agressões mantêm a disponibilidade de vítimas e de agressores potenciais. Finalmente, os efeitos opressivos são compartilhados por membros das categorias sociais mais vitimadas, em especial as mulheres, garantindo que os efeitos da dominação possam ser compartilhados por membros das categorias sociais dominantes, em especial homens com maior poder na estratificação social da instituição.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi caracterizar os elementos de uma contingência cultural que compõem a violência sexual no contexto universitário em sua inter-relação com os comportamentos sexualmente violentos. A instituição de ensino superior investigada, entendida como agência controladora, produz um ambiente social nos quais aspectos como hierarquias são reatualizadas em locais vinculados à academia e eventos universitários. Aliados ao controle ético patriarcal, esses aspectos compõem o contexto para práticas sexualmente violentas e práticas de ocultamento da violência, gerando efeitos como subnotificação dos casos, recorrência das agressões, manutenção dos padrões de interação desigual entre homens e mulheres e outras estratificações. Tomados em conjunto, esses efeitos compõem as consequências que selecionam as práticas e mantêm a cultura vigente.

O uso da análise de contingências por fontes indiretas circunscreve os resultados às variáveis que controlam o comportamento verbal de participantes ao responder sobre os fenômenos investigados, em contraposição a uma análise pautada na observação direta. Em que pesem essas limitações, o estudo da violência sexual por meio do exame de relatos verbais dá visibilidade a pessoas que foram expostas e estão sensíveis às contingências envolvidas, além de permitir a investigação de um fenômeno que impõe dificuldades à observação direta.

Novos estudos podem aprimorar instrumentos que evoquem respostas verbais especificadoras do contexto, das práticas envolvidas e das consequências culturais. Essas pesquisas podem incluir, por exemplo, investigações longitudinais que utilizem respostas a instrumentos para verificação de possíveis mudanças, comparação entre instituições que apresentem diferentes aspectos nos ambientes sociais e o uso de fontes históricas para a constatação da transmissão de práticas culturais.

Declaração de conflito de interesses

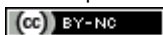
Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que todas as autoras participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autora pode ser atribuída como se segue: A. O. Moraes e C. Laurenti contribuíram para a concepção da pesquisa e manuscrito; A. O. Moraes foi responsável pela coleta de dados, análise dos resultados e redação (preparação do rascunho original); C. Laurenti foi responsável pela supervisão da pesquisa e redação (revisão e edição).

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Almeida, H. B. (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. (pp.195-220). OAB Editora.
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: Análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. (pp. 383-414). OAB Editora.
- Bellini, D. M. G., & Mello, R. R. (2022). As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. (pp. 29-58). OAB Editora.

- Cantor, D., Fisher, B., Chibnall, S., Harps, S., Townsend, R., Thomas, G., Lee, H., Kranz, V., Herbison, R., & Madden, K. (2019). *Report on the AAU campus climate survey on sexual assault and misconduct*. Westat for the Association of American Universities. https://ira.virginia.edu/sites/g/files/jsddwu1106/files/2022-11/aau-uva-campus-climate-survey-report-2019_508.pdf
- Curcelli, E. M. & Fontanella, B. J. B. (2019). Uso de bebidas alcoólicas por estudantes: Análise de propagandas de festas em um campus universitário. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, *23*, 1-21. <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180621>
- Freitas, J. C. C., & Morais, A. O. (2019). Cultura do estupro: Algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento. *Acta Comportamental*, *27*(1), 109-126. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758>
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020a). Tríplice contingência cultural: Uma proposta de explicação comportamental da cultura. *Interação em Psicologia*, *24*(3), 308-317. <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/66012>
- Fontana, J., & Laurenti, C. (2020b). Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista. *Acta Comportamental*, *28*(4), 499-515. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/77327>
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *13*(1), 25-40. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. (L. Sellera Trad.) Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1986).
- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2019). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *9*(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Martins, A. P. A., Bandeira, L. M., & Dias, F. M. (2022). Equidade de gênero na educação superior: Retratos de violências contra estudantes no contexto de políticas institucionais. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 359-382). OAB Editora.
- Montrone, A. V. G., Fabbro, M. R. C., Dias, T. C. M. Fusari, L. M., & Moreira, D. B. (2020). Violência de gênero numa universidade pública brasileira: Saindo da invisibilidade. *Revista Gênero*, *21*(1), 6-23. <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>
- Morais, A. O., & Laurenti, C. (2024). Violência sexual e contexto universitário: Levantamento em uma Instituição Brasileira. *Acta Comportamental*, *32*(2), 309-329. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i2.88353>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Paz e Terra.
- Santos, S. A. (2022). Coquetel de violências contra estudantes universitárias temperado com doses de racismo. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 259-290). OAB Editora.
- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Hackett Publishing Company, Inc.
- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and Brain Sciences*, *7*(4), 477-481.
- Souza, T. M. C., & Costa, C. L. (2022). Políticas na academia para o enfrentamento às violências de gênero: Sobre potências e manutenção de opressões. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 493-509). OAB Editora.
- The City University of New York. (2018). *Sexual violence campus climate survey*. <http://www1.cuny.edu/sites/title-ix/campus-websites/cunys-sexual-violence-campus-climate-survey/>
- Zanello, V., & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: Uma análise sociogenderada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. Em T. Almeida, & V. Zanello (Orgs.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. (pp. 291-324). OAB Editora

Submetido em: 22/04/2024

Aceito em: 04/08/2024